Publicação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - ano XIII - nº 79 - Jan / Fev 2011

# Tabeas data



# Segurança Pública

CCJF, ONU e Rio de Paz realizam fórum para discutir a Segurança Pública no Rio de Janeiro entre 2007 e 2010

#### Expediente

Tribunal Regional Federal da 2ª Região



#### Presidente:

Desembargador federal PAULO ESPIRITO SANTO

#### Vice-Presidente:

Desembargadora federal VERA LÚCIA LIMA

#### Corregedor Regional da Justiça Federal:

Desembargador federal SERGIO SCHWAITZER

Desembargador federal ALBERTO NOGUEIRA Desembargador federal FREDERICO GUEIROS Desembargadora federal MARIA HELENA CISNE Desembargador federal FERNANDO MARQUES Desembargador federal RALDÊNIO BONIFACIO COSTA Desembargador federal SERGIO FELTRIN CORRÊA Desembargador federal ANTONIO IVAN ATHIÉ Juiz federal convocado ALUISIO MENDES Desembargador federal POUL ERIK DYRLUND Desembargador federal ANDRÉ FONTES Desembargador federal REIS FRIEDE Desembargador federal ABEL GOMES Desembargador federal LUIZ ANTONIO SOARES Desembargador federal MESSOD AZULAY NETO Desembargadora federal LILIANE RORIZ Desembargadora federal LANA REGUEIRA Desembargadora federal SALETE MACCALÓZ Desembargador federal GUILHERME COUTO DE CASTRO Desembargador federal GUILHERME CALMON Desembargador federal IOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA Desembargador federal JOSÉ FERREIRA NEVES NETO Desembargador federal ALFREDO FRANÇA NETO Juiz federal convocado MARCELO PEREIRA Juiz federal convocado LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO Juiza federal convocado SANDRA MEIRIM CHALU BARBOSA DE CAMPOS

Diretor Geral: LUIZ CARLOS CARNEIRO DA PAIXÃO

Ano XIII - nº 79 - Jan / Fev 2011

Assessora de Comunicação Social Ana Sofia Brito Goncalves

#### Redação

André Camodego, Marcelo Ferraz e Assessorias de Comunicação Social da Justiça Federal do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

> Diagramação, Impressão e Acabamento Divisão de Produção Gráfica e Editorial - Digra/Sed

Projeto Gráfico

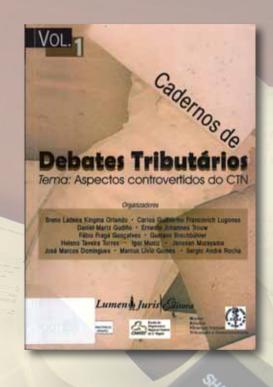
Renata Möller Revisão

André Camodego

Para mais notícias e a versão eletrônica do Habeas Data, visite o site www.trf2.jus.br

# Biblionotas

## Cadernos de Debates Tributários



O primeiro volume da obra "Cadernos de Debates Tributários: Aspectos controvertidos do CTN (Código Tributário Nacional)", foi organizado pelos juízes federais Carlos Henrique F. Lugones e Marcus Lívio Gomes, e por mais 10 autores: Breno Ladeira Kingma Orlando, Daniel Mariz Gudiño, Ernesto Johannes Trouw, Fábio Fraga Goncalves, Gustavo Brechbühler, Heleno Taveira Torres, Igor Muniz, Janssen Murayama, José Marcos Domingues e Sergio André Rocha. O livro, de 465 páginas, aborda diversos temas como: "O Código Tributário Nacional, a Constituição e as Contribuições Parafiscais", "O Locatário como Contribuinte do IPTU: Crítica ao Entendimento Tradicional do STJ", "A Violação ao CTN com a Cobrança de Débitos Fiscais Apurados sem Prévia Confirmação da Autoridade Fiscal", "A Inconstitucionalidade do Artigo 166 do CTN", "A Limitação de Responsabilidade do Sócio, o Sistema Jurídico e os Tribunais", "Os Impostos no Código Tributário Nacional", "O CTN e a Mudança na Interpretação da Lei Tributária" e "O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, Suas Decisões e a Relação com os Artigos 100 do Código Tributário Nacional", entre outros.



# Alfredo França Neto é o mais novo integrante do TRF2

O presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espirito Santo, deu posse em seu gabinete no dia 12 de novembro, ao agora desembargador federal Alfredo França Neto. O magistrado preenche no Tribunal a vaga destinada à promoção pelo critério de antiguidade, deixada pelo desembargador federal Antonio Cruz Netto, que se aposentou em 2009.

Entre outras autoridades, amigos e familiares do empossando, a solenidade foi prestigiada por vários desembargadores da Corte. Na ocasião, França Neto agradeceu aos seus pares pelos votos que o indicaram para o cargo proferidos na sessão plenária do dia 5 de novembro do ano passado, bem como ao seu filho, o advogado Alexandre França. O novo integrante do TRF2 ainda destacou que sua ascensão ao segundo grau da Justiça Federal foi uma vitória, que ele dedicou a toda a magistratura brasileira.

O carioca Alfredo França Neto bacharelou-se em 1969 pela Faculdade de Direito Cândido Mendes, e em Administração de Empresas em 1973 pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Enquanto exercia a atividade judicante na primeira instância, ele também lecionava Direito Processual Civil e Direito Tributário. Dos prêmios que recebeu, destacam-se o 1º lugar no "Prêmio Justiça Federal de Imprensa - 1991", do Conselho da Justiça Federal, com o trabalho O Exercício Político da Autonomia do Poder Judiciário, e o Colar do Mérito Judiciário, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 1996.

O desembargador federal Alfredo França Neto ingressou na magistratura federal por concurso público em 1987. Titular da 30ª Vara Federal desde outubro de 1988, atuou como Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro no biênio 1991/1992. ■

# CCJF, ONU e Rio de Paz realizam fórum para discutir a Segurança Pública no Rio de Janeiro entre 2007 e 2010

"Que vai fazer agora o governo? Vai demitir o administrador da Casa de Detenção? Daqui a pouco será obrigado a demitir o cidadão que o substituir, e as coisas continuarão no mesmo pé – porque a causa dos abusos não reside na incapacidade de um funcionário, mas num vício essencial do sistema, num defeito orgânico do aparelho penitenciário. E não há de ser a demissão de um administrador que há de consertar o que já nasceu torto e quebrado."

Olavo Bilac, em artigo escrito em 1902

Há quase 30 anos, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Dia Internacional da Paz, comemorado no dia 21 de setembro. Em 2010, para marcar a efeméride, um evento no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) discutiu a segurança pública no Estado do Rio de Janeiro nos últimos três anos. O tema foi o mote do quarto fórum "Violência, participação popular e direitos humanos", realizado através de parceria entre o CCJF, o Centro de Informação das Nações Unidas do Brasil (Unic) e o movimento Rio de Paz, organização que reúne cidadãos envolvidos com a defesa dos direitos humanos.

A abertura do evento ficou a cargo da juíza federal Márcia Helena Nunes, do diretor da Unic do Brasil, Giancarlo Summa, e do presidente do Rio de Paz, Antônio Carlos Costa, que, na ocasião, falou sobre a sua experiência acompanhando a situação da carceragem da Polinter em Neves (bairro de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro), onde cada preso não tem mais do 25cm² para viver e onde a temperatura no verão, dentro das celas, chega a 56.6 graus Celsius: "É um campo de concentração", disparou. Ele também destacou as mais de 56 mil mortes violentas ocorridas no estado durante os dois últimos governos, de 2003 a julho de 2007 e explicou que o objetivo do encontro foi levantar questões e discutir soluções, como por exemplo a sustentabilidade

do projeto mais importante de segurança pública do governo fluminense nas últimas décadas, que são as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs): "Estamos em busca de luz, para que nossa ação seja baseada não na intuição meramente, mas em fatos".

## Estigmatização e preconceito

O primeiro painel do evento, "Sistema Prisional: avanço na reintegração social do preso", foi aberto pelo delegado da Polícia Civil e coordenador do Núcleo de Presos da Polinter (Nucop), Orlando Zaccone. Ele chamou atenção para o fato de que a percepção do sistema prisional como incapaz de cumprir as funções de ressocializar e reeducar os apenados é tão antiga quanto prova a citação de Olavo Bilac que abre esta matéria. Zaccone afirmou que essa incapacidade é devida à própria estrutura e mecânica do sistema, que, para ele, caminha para a extinção: "Enquanto não dá para fazer isso, é essencial valorizar as penas alternativas, que realmente reeducam", disse e completou, citando analogia feita pelo ministro da Suprema Corte da Argentina, Eugenio Zaffaroni: "Acreditar que o sistema prisional possa cumprir seu papel de reinserção é o mesmo que acreditar que alguém pode aprender a jogar futebol dentro de um elevador".



E, além de ser ineficaz, o sistema carcerário acaba gerando um efeito colateral que contribui decisivamente para impedir a reabsorção do preso pela sociedade: o preconceito. Esse ponto foi destacado ainda no primeiro painel pela professora de criminologia da PUC/Rio e membro do conselho consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, Elizabeth Sussekind: "O apenado será conhecido como ex-preso para sempre. Sua estigmatização independe do tempo na prisão. É uma marca eterna em sua comunidade, na família, no trabalho". A consequencia, quase o caminho natural

para essas pessoas, é a volta à criminalidade, como demonstram as estatísticas: "Antes se acreditava que estava se trabalhando para diminuir a criminalidade. Hoje, o cinismo já nos assola", criticou.



O painel seguinte foi o intitulado "Unidade de Polícia Pacificadora: fim do domínio territorial armado de faccões criminosas?" Nele, o coronel e comandante das Unidades de Polícia Pacificadora, Robson Rodrigues, afirmou que as UPPs não devem ser entendidas como um programa de ocupação permanente das comunidades. Ele esclareceu que, de fato, a ideia é que elas se retirem paulatinamente desses locais, à medida que for sendo atestado o sucesso do trabalho preventivo, focado em jovens de 13 a 24 anos, que elas realizam. A propósito disso, o coronel ressaltou o projeto UPP Social, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, que envolve a ação conjunta das três esferas de governo, da iniciativa privada e da sociedade na identificação das demandas de cada comunidade para a criação e implantação de projetos de desenvolvimento social.

Já no pensamento da professora da Universidade Cândido Mendes (Ucam) e sócia fundadora da Rede Latino-Americana de Policiais e Sociedade Civil, Jacqueline Muniz, a demarcação de território que se obtém com a conjugação de repressão, prevenção e programas sociais é o caminho para que o Poder Público recupere e reintegre as comunidades à cidade. A antropóloga abriu sua palestra traçando um histórico das iniciativas que resultaram nas UPPs. Ela explicou que o projeto é resultado das diversas experiências anteriores de intervenções comunitárias ocorridas desde o primeiro governo Brizola (1983-1987) no Rio de Janeiro. "A UPP representa a evolução de toda a memória, capacidade e talento acumulado da Polícia Militar, que aprendeu com seus próprios erros e acertos ao longo desses 27 anos de policiamento comunitário em áreas de alto risco". disse.

A pesquisadora ponderou que as UPPs puderam sair do papel graças à aliança política entre os gover-



Giancarlo Summa, Robson Rodrigues e Jaqueline Muniz

nos municipal, estadual e federal: "O Rio de Janeiro nunca recebeu tanto dinheiro para a segurança pública como agora". Jaqueline Muniz, contudo, alertou para a importância da continuidade desse pacto. Para ela, a exemplo das áreas de saúde e educação, a segurança "tem que virar política pública, que não dependa das mudanças de governo".

## Impacto sistêmico

Em seguida, foi a vez do professor e coordenador da Pós-Graduação de Ciências Sociais da Uerj, Ignácio Cano, abordar o tema "Mortes violentas: tendência para a redução de homicídios?". Para Cano, embora as taxas de homicídios dolosos e de mortes violentas intencionais no Rio de Janeiro tenham tido uma queda significativa nos últimos anos, não se pode creditar esse resultado apenas à implantação das UPPs. "Geograficamente, as áreas de atuação das unidades ainda representam uma fração de território muito pequena do Estado", explicou. Para o professor, é possível que, a longo prazo, as UPPs possam impactar de forma sistêmica tanto a criminalidade - induzindo-a a não ser tão violenta -, quanto a própria segurança pública, mudando, inclusive, a nossa cultura policial de enfrentamento.

Última palestrante, a antropóloga e coordenadora do curso de especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, Ana Paula Miranda, sugeriu a mudança de enfoque no que diz respeito à mera analise da taxa de homicídios ocorridos nos últimos anos. "Temos que entender a natureza dos conflitos que estão por trás das mortes. Olhar não só os números mas também a história desses mortos e de seus familiares. Temos que atentar para as diversas formas de sociabilidade violenta que existem atualmente no Brasil e temos que decidir se concordamos ou não com a idéia de que possam existir 'seres matáveis' em nossa sociedade", encerrou.



# Entrega de certidões de quitação da casa própria a mutuários marca encerramento da Semana Nacional de Conciliação na 2ª Região



Emanuel Santos (à esquerda) recebe sua certidão das mãos da desembargadora Maria Helena Cisne. Ao lado, a titular do Gabinete de Conciliação, desembargadora Liliane Roriz

A Semana Nacional de Conciliação foi encerrada na 2ª Região no dia 03 de dezembro, com uma solenidade marcada por um ato bastante representativo do tom do evento: cinco mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que firmaram acordos para a quitação da casa própria durante o mutirão, receberam as certidões de quitação de suas casas das mãos das desembargadoras federais Maria Helena Cisne e Salete Maccalóz, do desembargador federal Sergio Schwaitzer e das juízas federais Adriana Rizzotto, Marcella Brandão e Andréa Esmeraldo.

Com o recebimento das certidões de quitação, os cinco mutuários homenageados na solenidade de encerramento representaram os 795 autores de processos judiciais que saíram das audiências de conciliação efetuadas pela Justiça Federal da 2ª Região com acordos fechados e a certeza de terem alcançado uma importante vitória. O número representa um índice de acordos de 56,7% das audiências realizadas. No total, o mutirão de conciliação assegurou para os cofres públicos a recuperação de cerca de R\$ 12 milhões.

A abertura do evento foi conduzida pelo corregedor regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal Sergio Schwaitzer, representando o presidente da Corte, Paulo Espirito Santo. Em seguida, foi a vez da titular do Gabinete de Conciliação do Tribunal, desembargadora federal Liliane Roriz, que

agradeceu aos órgãos públicos envolvidos na parceria que viabilizou a Semana de Conciliação na 2ª Região: CEF, Engea, INSS, OAB, PFN e Correios. A cerimônia foi realizada no Salão Nobre do TRF2, no centro do Rio de Janeiro.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promoveu, entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro, mais uma Semana Nacional de Conciliação, com a adesão de 56 tribunais espalhados por todo o Brasil. Especificamente no TRF2, o evento começou mais cedo, na segunda-feira, dia 22, e graças à parceria formalizada pela Corte com diversos entes públicos federais a 2ª Região da Justiça Federal realizou centenas de audiências sobre diversos assuntos.

Os locais de atuação deste ano foram a própria sede do Tribunal (Rua Acre, 80, centro), e os dois fóruns da Justiça Federal do Rio de Janeiro (Avenida Rio Branco, 243, Cinelândia, e Avenida Venezuela, 134, Praça Mauá). No fórum da Avenida Rio Branco foram realizadas audiências sobre processos que tratam do Sistema Financeiro da Habitação e de cobranças da OAB. No TRF2, foram analisadas causas referentes ao INSS e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Também estiveram na pauta processos referentes à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) e a créditos comerciais discutidos com a Caixa Econômica Federal (CEF). Já no fórum da Avenida Venezuela ocorreram centenas de audiências com processos que tramitam nos juizados especiais federais, e que têm como réus a ECT e a CEF. Os processos foram triados pelos próprios órgãos públicos participantes da iniciativa.



Os cinco mutuários erguem suas certidões de quitação da casa própria



# Inaugurada nova sede da Seção Judiciária do ES



Paulo Espirito Santo (à esquerda) e Ricarlos Almagro descerram a placa inaugural da nova sede da Justiça Federal capixaba

Há alguns meses, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional Espírito Santo, Homero Junger Mafra pediu ao diretor do foro da Seção Judiciária do estado, juiz federal Ricarlos Almagro, que colocasse à disposição dos advogados uma máquina fotocopiadora. "Com muita, mas muita dificuldade mesmo, foi possível instalar o equipamento pedido na garagem do prédio. Isso dá uma ideia do nível de saturação a que chegamos na nossa antiga instalação e, por outro lado, da importância deste marco na nossa história", relatou Ricarlos Almagro durante a inauguração da nova sede da Justiça Federal capixaba, em Vitória, no dia 19 de novembro. A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), desembargador federal Paulo Espirito Santo.

Não foi só a questão do espaço físico que motivou a construção da nova sede, na Ilha de Monte Belo. O bemestar dos usuários e a facilidade no acesso aos servicos do Judiciário Federal foram o leitmotiv do empreendimento, que garante a centralização da administração e de todas as varas e juizados da capital do Espírito Santo. Até agora, elas estavam espalhadas em três endereços da cidade. Ocupando inicialmente um prédio no bairro Cidade Alta, a Seção Judiciária ganhou em 1994 um prédio anexo, para abrigar as cinco varas federais mais antigas. Em novembro de 2003, um outro prédio, no centro de Vitória, passou a comportar dois juizados especiais federais, duas varas federais de execução fiscal, uma vara federal cível e uma vara federal criminal. Ainda em 2003, foi instalado o Núcleo Avançado dos Juizados Especiais, para dar conta da crescente demanda dos JEFs do município, no prédio do Centro Integrado de Cidadania, no bairro de Itararé.

Além disso, com a nova sede, será possível instalar no local um espaço cultural, nos moldes do Centro Cultural Justiça Federal, sediado no Rio de Janeiro, e um núcleo da Escola da Magistratura Regional Federal (Emarf).

A concorrida solenidade de inauguração contou com a presença de diversas autoridades. Entre elas, o corregedor regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal Sergio Schwaitzer, a diretora geral da Emarf, desembargadora federal Maria Helena Cisne, os desembargadores federais Liliane Roriz e Antonio Cruz Netto, o presidente do Tribunal de Justica do Espírito Santo, desembargador Manoel Alves Rabelo, a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, juíza Wanda Decuzzi, o diretor do foro da Secão Judiciária do Rio de Janeiro, juiz federal Alexandre Libonati, o deputado estadual Elcio Álvares, os juízes federais Adriana Rizzotto, Alexandre Miguel, Maria Claudia Allemand, Enara Pinto. Eloá Ferreira e Francisco de Assis Basílio de Moraes, o advogado Homero Mafra, o economista Guilherme Dias (ministro do Planejamento de 1999 a 2002) e o diretor geral do TRF2. Luiz Carlos Paixão.

### Infraestrutura para um Judiciário atuante

Em seu discurso, o desembargador federal Paulo Espirito Santo ressaltou a importância de assegurar à instituição as condições materiais adequadas para o desempenho de suas atribuições: "Não há liberdade sem democracia e não há democracia sem um Judiciário forte, que atue junto com o Ministério Público e com a advocacia para realizar o direito e solucionar os conflitos humanos. Porém, para que o Judiciário seja rápido e eficiente é necessária uma infraestrutura apropriada, como a que agora temos a felicidade de conferir aos cidadãos capixabas". As palavras do presidente do TRF2 corroboraram a fala anterior, do advogado Homero Mafra: "É preciso que o povo tenha acesso à justiça e o Tribunal presenteia o povo do Espírito Santo com este edifício. Todos merecem o pão da justica, que Mário Cappellette dizia ser o mais básico dos direitos humanos. Agradecemos em nome da cidadania capixaba".

### **Acessibilidade**

A nova sede da Justiça Federal capixaba foi erguida com o cuidado de adotar padrões de acessibilidade, para facilitar a vida de pessoas com deficiência e necessidades especiais. De acordo com o diretor do Núcleo de Obras e Manutenção da Seção Judiciária do Espírito Santo, Carlos Chaves Damásio, "o térreo do prédio foi projetado para que ficasse no mesmo nível da calçada, sem necessidade de rampa para pessoas com problemas de locomoção. Além disso, o estacionamento dispõe de vagas para cadeirantes, com área de acesso sinalizada com zebra e espaço maior para manobra de seu s usuários".

A preocupação com cadeirantes e outras pessoas com deficiência também é notada no sistema de controle de acesso ao prédio e no de detecção de metais.

Habeas Data 7

# Emarf e CCJF apresentam debate sobre Imprensa e Judiciário com Ricardo Boechat e Renato Machado



Ricardo Boechat, Marcelo Tavares e Renato Machado

"Todos têm direito, em completa igualdade, a um julgamento justo e público por um Tribunal independente e imparcial". A partir da premissa expressa no artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos, a Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf) e o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) realizaram, no dia 25 de outubro, na antiga Sala de Sessões do STF no CCJF, para uma platéia de magistrados - em especial os 12 novos juízes federais substitutos da 2ª Região, empossados no dia 14 de outubro no TRF2 -, servidores e advogados, o debate "Imprensa e Judiciário".

Na ocasião, os jornalistas Ricardo Boechat (Grupo Band) e Renato Machado (Organizações Globo) abordaram questões como: a credibilidade do Poder Judiciário nos dias atuais, o papel da imprensa na cobertura da indicação de magistrados para atuar em Tribunais Superiores, a importância de órgãos como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, e o cuidado com que a Imprensa deve ter com relação a divulgação de notícias relativas a investigados pela Justiça. O encontro foi aberto pela diretora-geral da Emarf, desembargadora federal Maria Helena Cisne, e a mediação do debate ficou a cargo do juiz federal Marcelo Tavares.

# Ministro Arnaldo Lima participa da abertura do curso de ambientação para juízes federais substitutos no Rio

A abertura do curso de ambientação dos juízes federais substitutos empossados no dia 14 de outubro no TRF2 contou com a presença do ministro Arnaldo Lima, do Superior Tribunal de Justiça, que, no evento representou a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Na data, 15 de outubro, o ministro falou para os 12 novos membros da magistratura federal da 2ª Região sobre a história dos Tribunais Regionais Federais criados pela Constituição de 1988 em substituição ao Tribunal Federal de Recursos (TFR).

Arnaldo Lima, que integrou a primeira composição do TRF2, formada por 14 membros, contou um pouco de sua trajetória na Corte, das dificuldades iniciais surgidas para tornar operante o novo tribunal instalado em 30 de março de 1989 e da satisfação em, hoje, dar boas vindas aos recém-empossados.

O ministro ainda discorreu sobre o panorama político e social vigente na época da criação dos TRFs. Para ele, não contou apenas, na regionalização, a necessidade de dividir o trabalho então concentrado em um assoberbado TFR, mas também de refletir no Judiciário as particularidades de cada região: "Situações de fato que são encontradas em uma região podem ter conotações muito diferentes em outra, dadas as suas idiossincrasias sociais e culturais. Dá-se um tratamento mais equitativo às questões quando, ponderando-se as características

locais, aplicamos tratamentos diferenciados", afirmou, fazendo uma analogia com o artigo 113 do Código Civil de 2002, que estabelece que, em relação aos contratos, "os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração".

O curso de ambientação, elaborado pela Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf) é homologado pela Enfam. Ele compõe-se de diversos módulos, cujo objetivo é, de acordo com as palavras da diretora-geral da Emarf, desembargadora federal Maria Helena Cisne, colaborar para que os novos magistrados sejam "juízes inteiros, conhecendo a instituição da qual fazem parte". Palestrando durante a abertura do curso, Maria Helena Cisne explicou que o currículo inclui técnicas de conciliação, de relacionamento com outras instituições públicas, com a imprensa e com o jurisdicionado e o estudo do código de ética da magistratura.

Também falando para os alunos do curso de ambientação, o presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espirito Santo, ressaltou a importância do primeiro grau de jurisdição, que, como disse, é a porta de entrada do Judiciário: "Quando um cidadão busca o amparo da Justiça, está lançando um clamor para aquele que é o último bastião de defesa de seu direito, a última possibilidade de solução do conflito ou da pretensão".